



2023

15ª Edição | Porto Alegre | 2024

RELATÓRIO ANUAL 2023 DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

2022

TÓPICOS ABORDADOS

TÓPICOS ABORDADOS



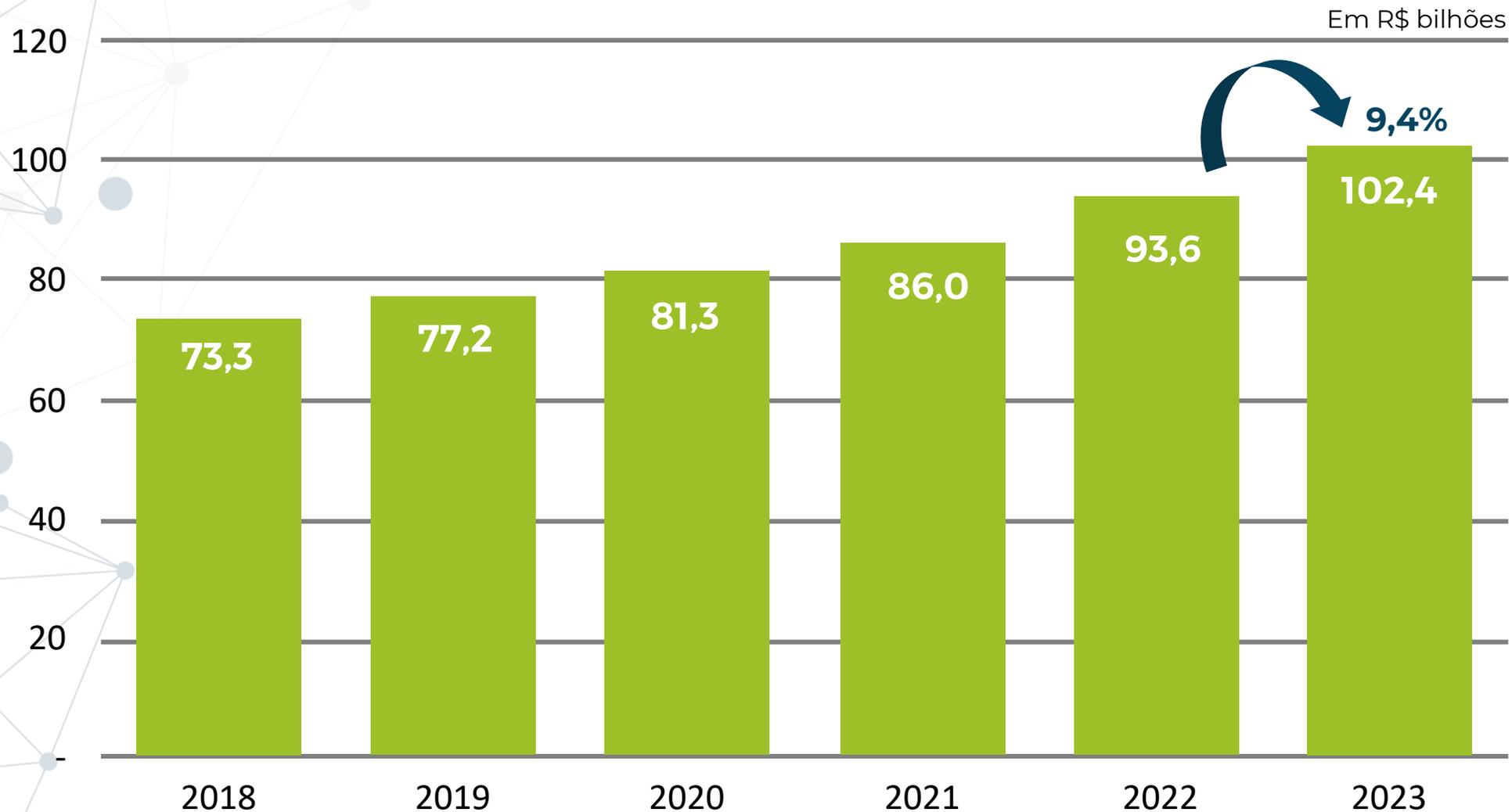
- 1) A Situação da Dívida Pública e os Resultados Alcançados em 2023**
- 2) Precatórios e RPVs**
- 3) Avanços na Questão da Dívida com o Governo Federal**
- 4) Projeções da Dívida Estadual sob o RRF**



A Situação da Dívida Pública e os Resultados Alcançados em 2023

RELATÓRIO ANUAL 2023
DÍVIDA PÚBLICA
ESTADUAL

Evolução da Dívida Estadual



Valores Nominais

Principais Credores



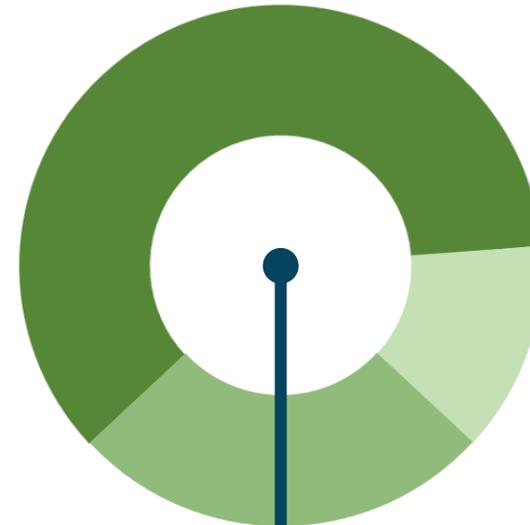
R\$ 92,8 Bilhões

União



R\$ 1,0 Bilhão

Bancos Federais
Banco do Brasil
BNDES



R\$ 8,3 Bilhões

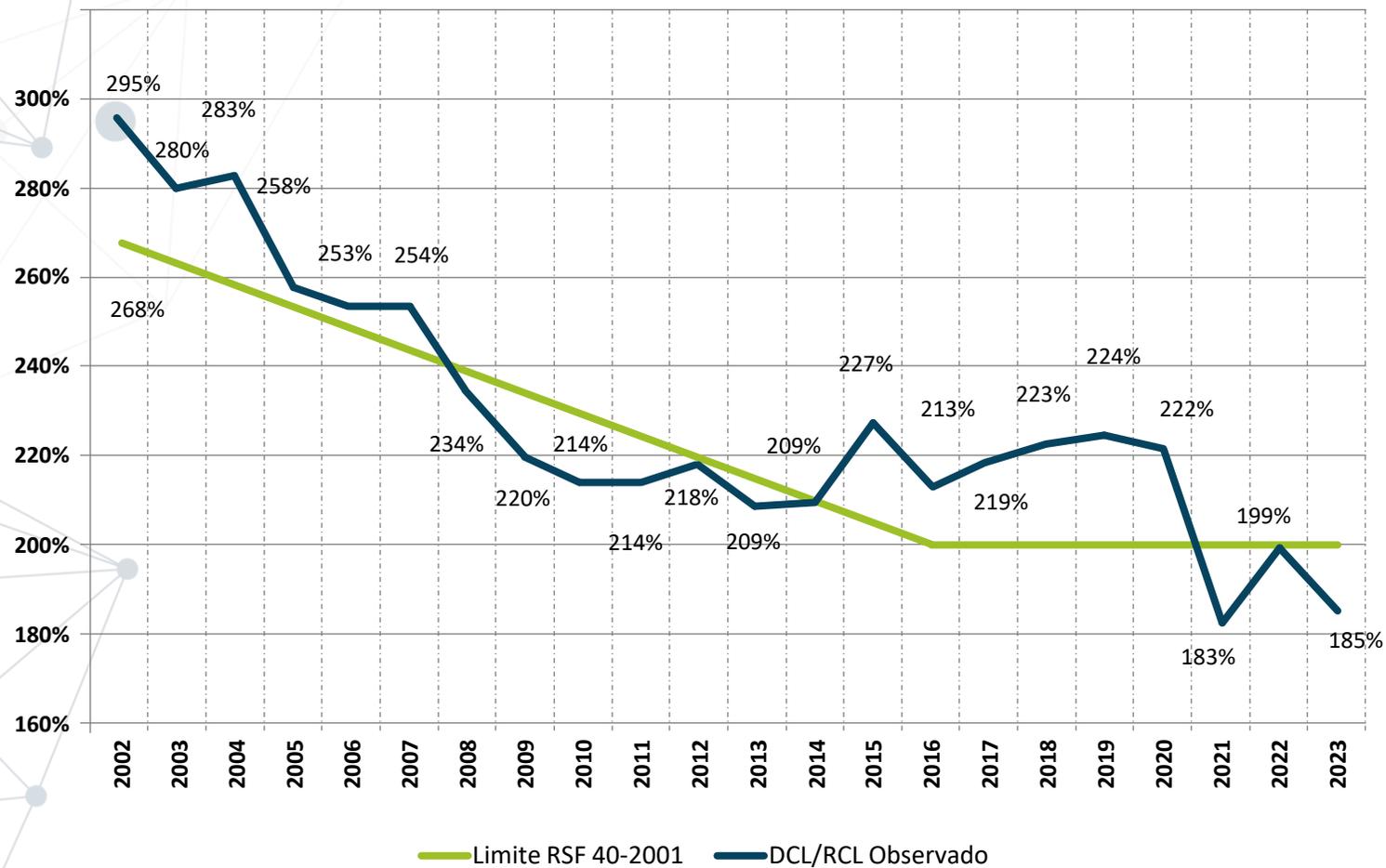
Bancos Multilaterais
Banco Mundial
BID

Evolução da Dívida por Indexador

Em R\$ bilhões

Indexador	2021	%	2022	%	2023	%
CAM	73.723	84,9	82.677	85,7	93.022	90,9
US\$	10.869	13,1	9.611	12,6	8.266	8,1
TJLP	1.296	1,7	1.163	1,5	1.013	1,0
Total	85.889	100,0	93.450	100,0	102.301	100,0

Relação DCL/RCL e Limite da RSF 40/2001 – 2002-2023

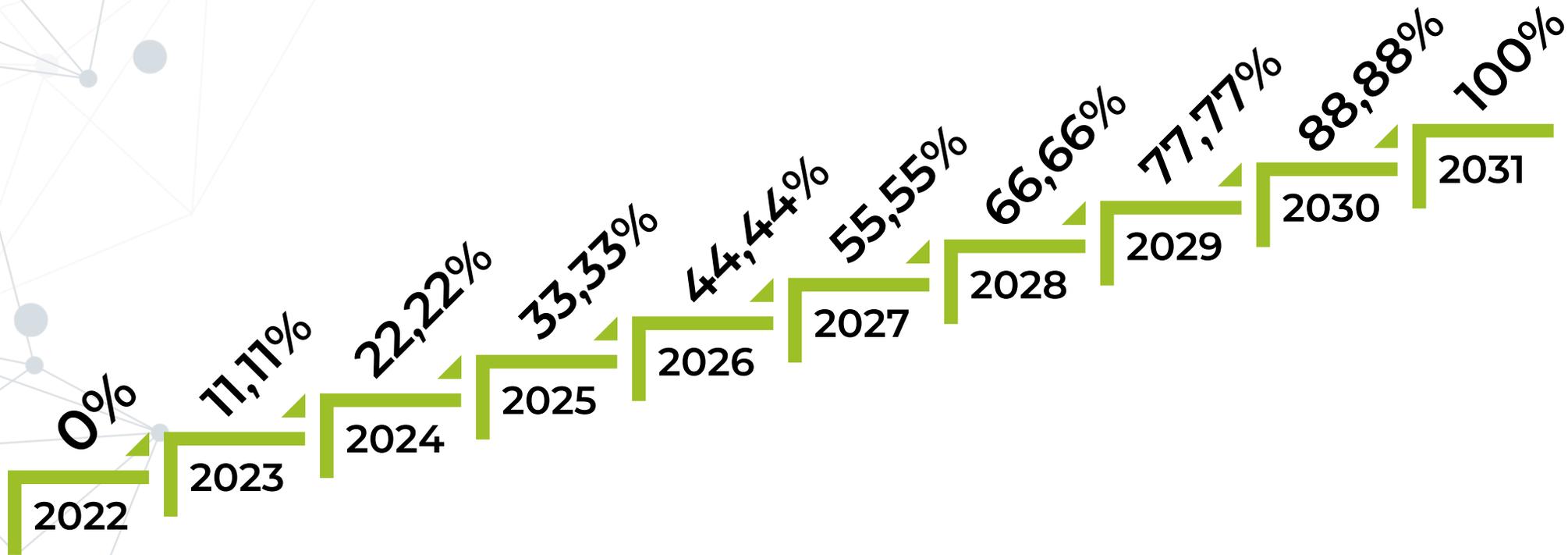


Eventos não Recorrentes

Impacto das Leis Complementares n° 192/22, 194/22 e 201/23

Privatização da CORSAN

Início do Pagamento Escalonado do RRF



Os percentuais não pagos são refinanciados nas mesmas condições da dívida com a União decorrente da Lei 9496/97

Início do Pagamento Escalonado do RRF



Metodologia do Coeficiente de Atualização Monetária - CAM

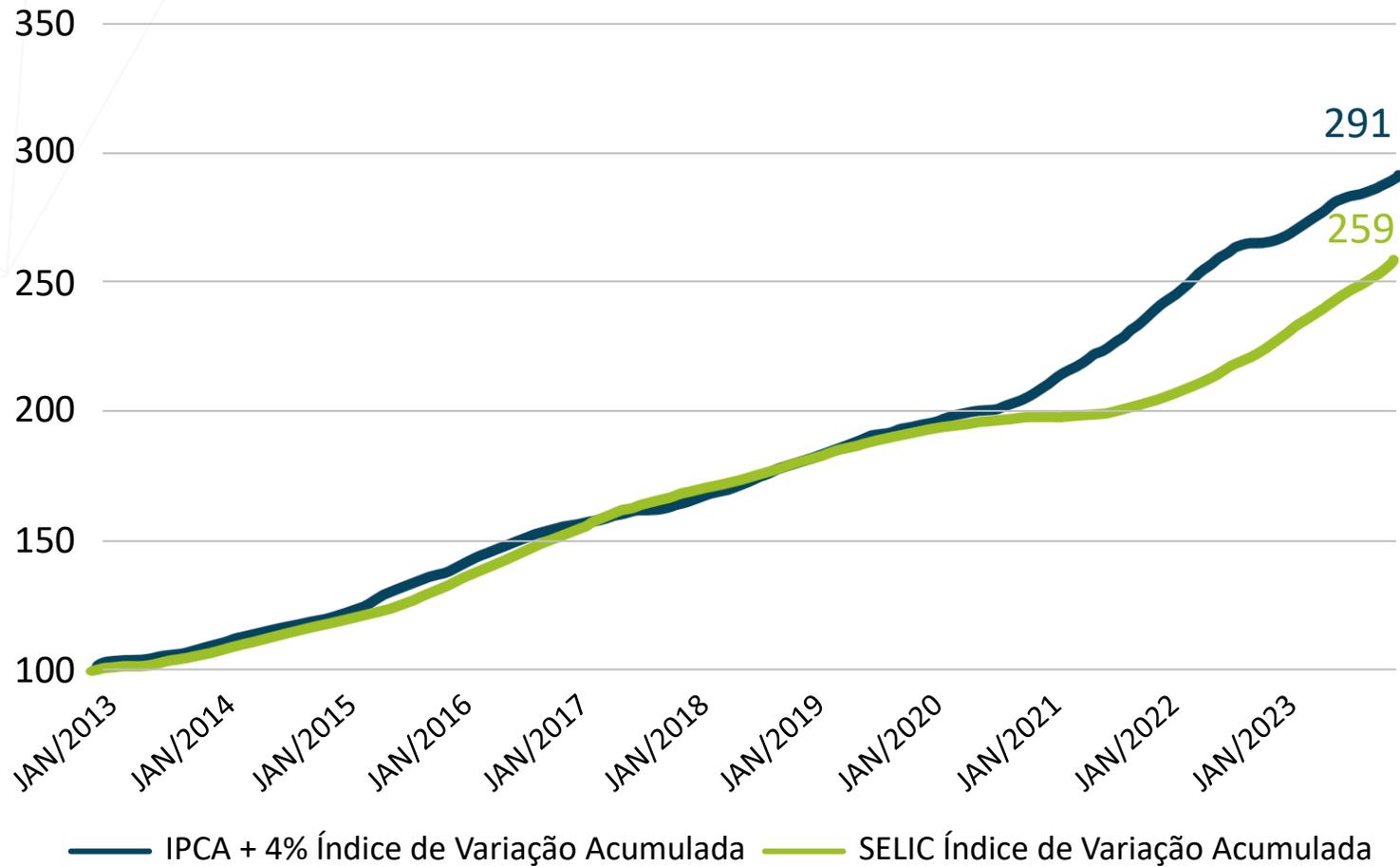
Metodologia

- Compara-se os índices de variação acumulada do IPCA + 4% a.a. com a Selic selecionando-se a menor.
- Calcula-se o CAM pela divisão do índice do mês corrente pelo do mês anterior

Ano	CAM (%)
2017	4,6845
2018	4,3990
2019	2,0469
2020	-0,8292
2021	-0,6995
2022	7,1502
2023	8,9727

Metodologia do Coeficiente de Atualização Monetária - CAM

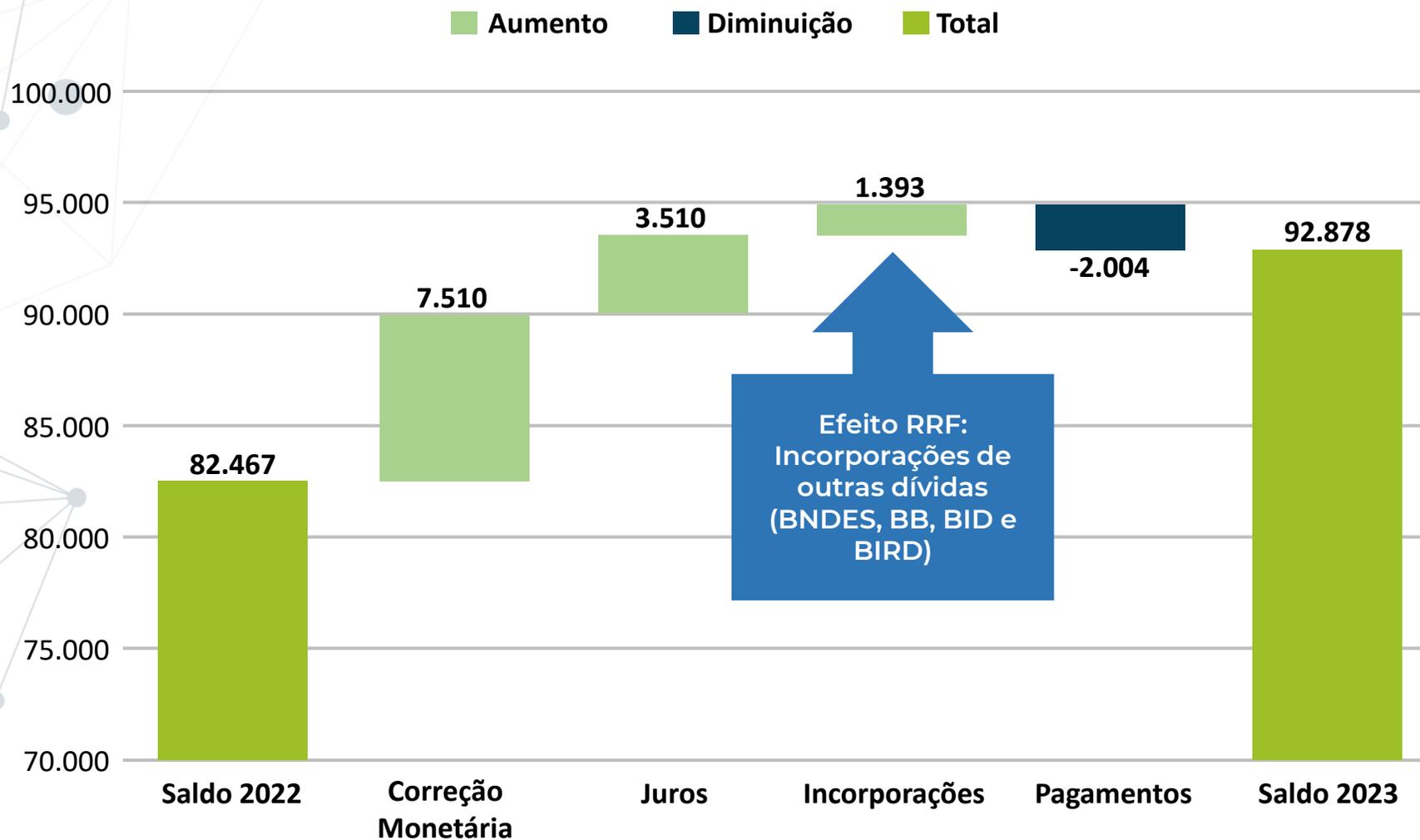
Varição Acumulada (%) – IPCA + 4 a.a. X Taxa SELIC



Efeitos da Metodologia do CAM

Dívida com a União

(R\$ milhões)



Variação da Dívida Contratual em 2023





GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**
SECRETARIA DA FAZENDA

Precatórios e RPVs

RELATÓRIO ANUAL 2023
DÍVIDA PÚBLICA
ESTADUAL

Depósitos Para Pagamentos de Precatórios - 2023

Quitação de Precatórios

O Ano de 2023 foi o Recorde de Pagamento de Precatórios



Ordem Cronológica:
R\$ 414 milhões



Compensações:
R\$ 133 milhões



Acordos:
R\$ 1.180 milhões



Sub-rogações:
R\$ 53 milhões

Depósitos Para Pagamentos de Precatórios 2016-2023

O Ano de 2023 foi o Recorde de Pagamento de Precatórios

ANO	DEPÓSITOS (R\$ milhão)
2016	523,4
2017	523,7
2018	538,9
2019	571,2
2020	596,0
2021	697,8
2022	799,7
2023	1.780,5

Em 2023, mesmo com o pagamento recorde somando R\$ 1,78 bilhão, o estoque de precatórios, impactado pelo ingresso do equivalente em **R\$ 689 milhões em novos e pela taxa Selic elevada**, teve um aumento de **R\$ 150 milhões**, atingindo ao final do ano o montante de **R\$ 16,62 bilhões**.

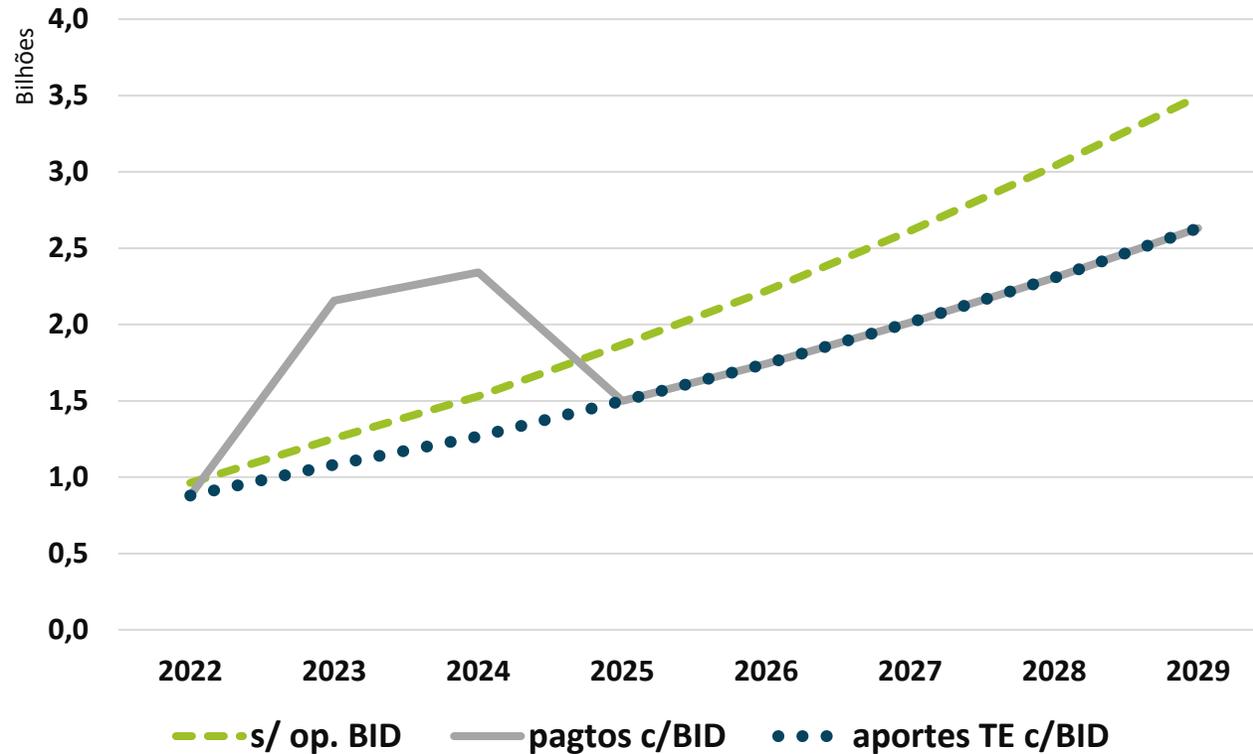
Empréstimo para Reestruturação de Passivos – Pró-Sustentabilidade

Pró-Sustentabilidade - BID



Empréstimo para Reestruturação de Passivos – Pró-Sustentabilidade

Pagamento Anual de Precatórios c/ operação BID



Redução de encargos do custo do estoque de precatórios da SELIC (~ 9,5% a.a.), pela taxa da operação, estimada em (~6,5% a.a.).



Avanços na Questão da Dívida com o Governo Federal

RELATÓRIO ANUAL 2023
DÍVIDA PÚBLICA
ESTADUAL

Renegociação dos Encargos da Dívida com a União

PROPOSTA DO CONSÓRCIO DE INTEGRAÇÃO SUL-SUDESTE – CONSUD (11/2023)

PROPOSTA – PARTE 1 CAM Mensal

Mas em qual momento deve ser feita a comparação entre o IPCA +4% ao ano e a taxa Selic para se obter o CAM?

União: Segundo o Decreto Federal nº 8.616/2015, desde 01/01/2013

Estados: A comparação deveria ser feita exclusivamente a cada mês, sem olhar o histórico

PROPOSTA – PARTE 1

Recalcular os saldos devedores dos contratos de forma que o CAM seja apurado segundo as variações mensais de IPCA +4% ao ano e Selic, sem curvas históricas. As diferenças favoráveis aos Estados serão compensadas no saldo ou nas prestações vincendas

PROPOSTA – PARTE 2 Detalhamento

Eliminar a atualização monetária dos contratos e reduzir seus juros para o que atualmente corresponde a expectativa de inflação de longo prazo no país

Recálculo do Saldo Devedor

- **Redução: R\$ 15 bilhões**

Renegociação dos Encargos da Dívida com a União

PROPOSTA DO CONSÓRCIO DE INTEGRAÇÃO SUL-SUDESTE – COSUD (11/2023)

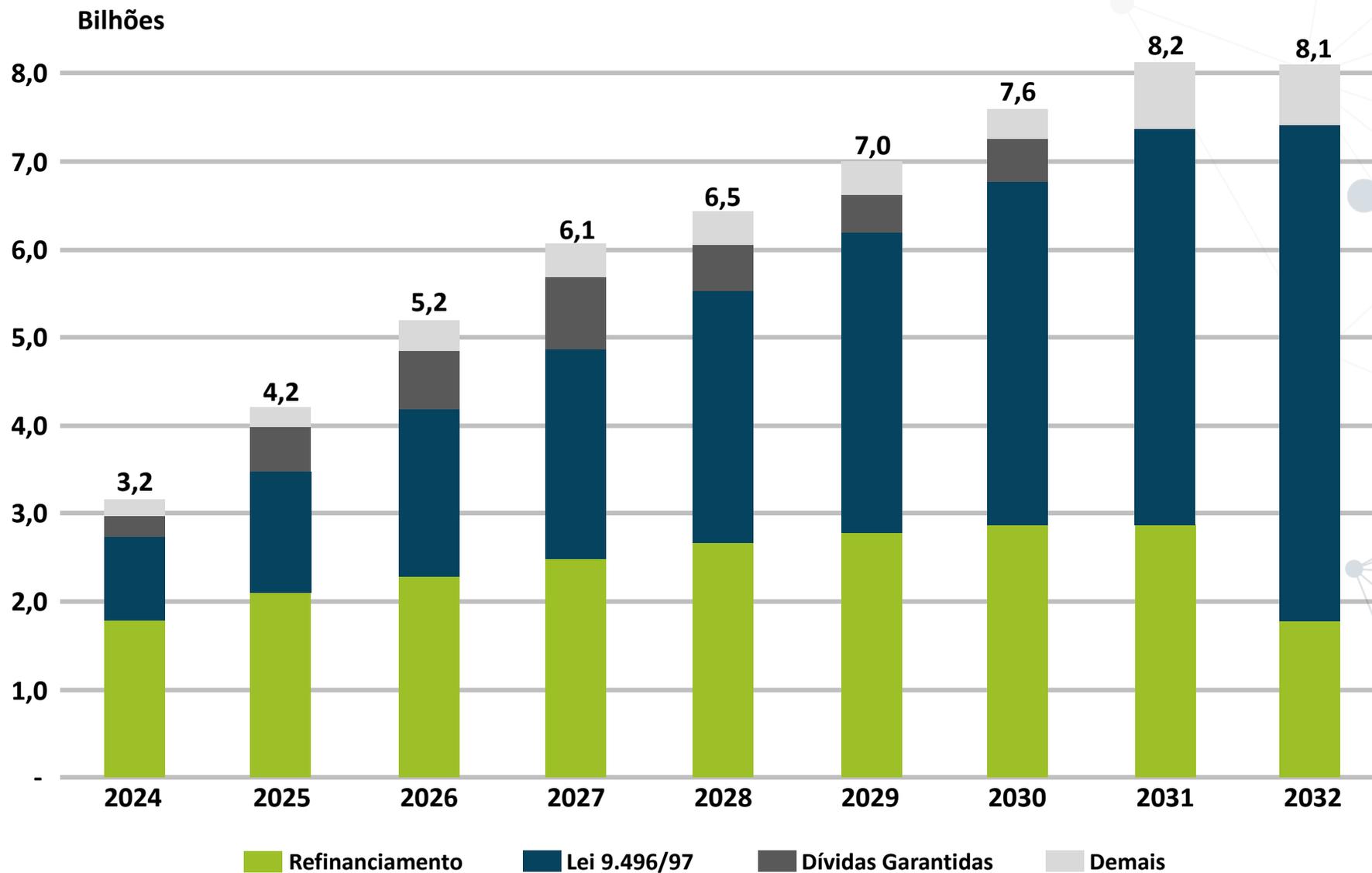
SERVIÇO DA DÍVIDA (em bilhões)

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Atual	2,8	3,68	4,53	5,39	6,24	7,08	7,92	8,76
COSUD	0,45	1,78	1,96	2,10	2,22	3,28	5,66	6,10

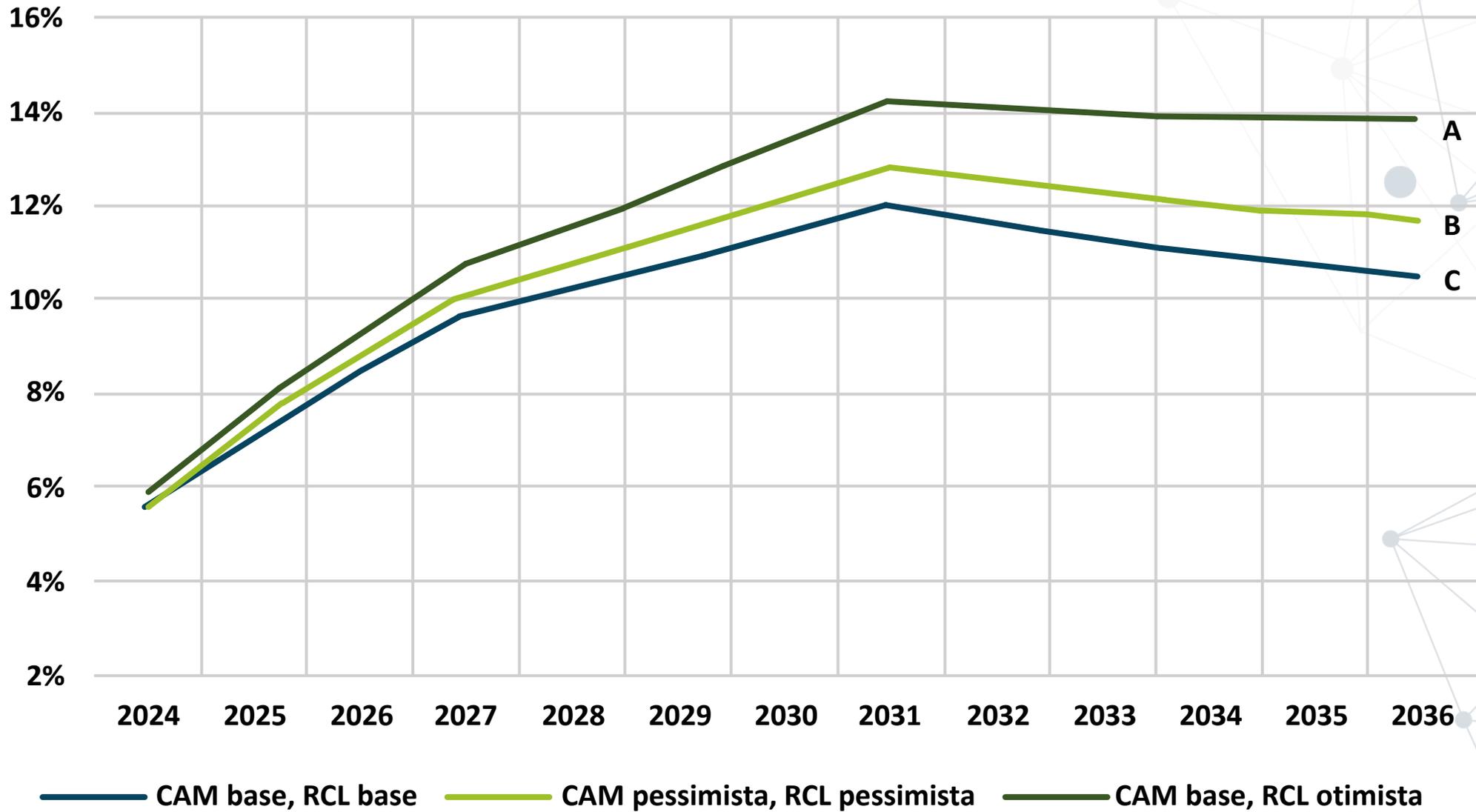


Projeções da Dívida Estadual sob o RRF

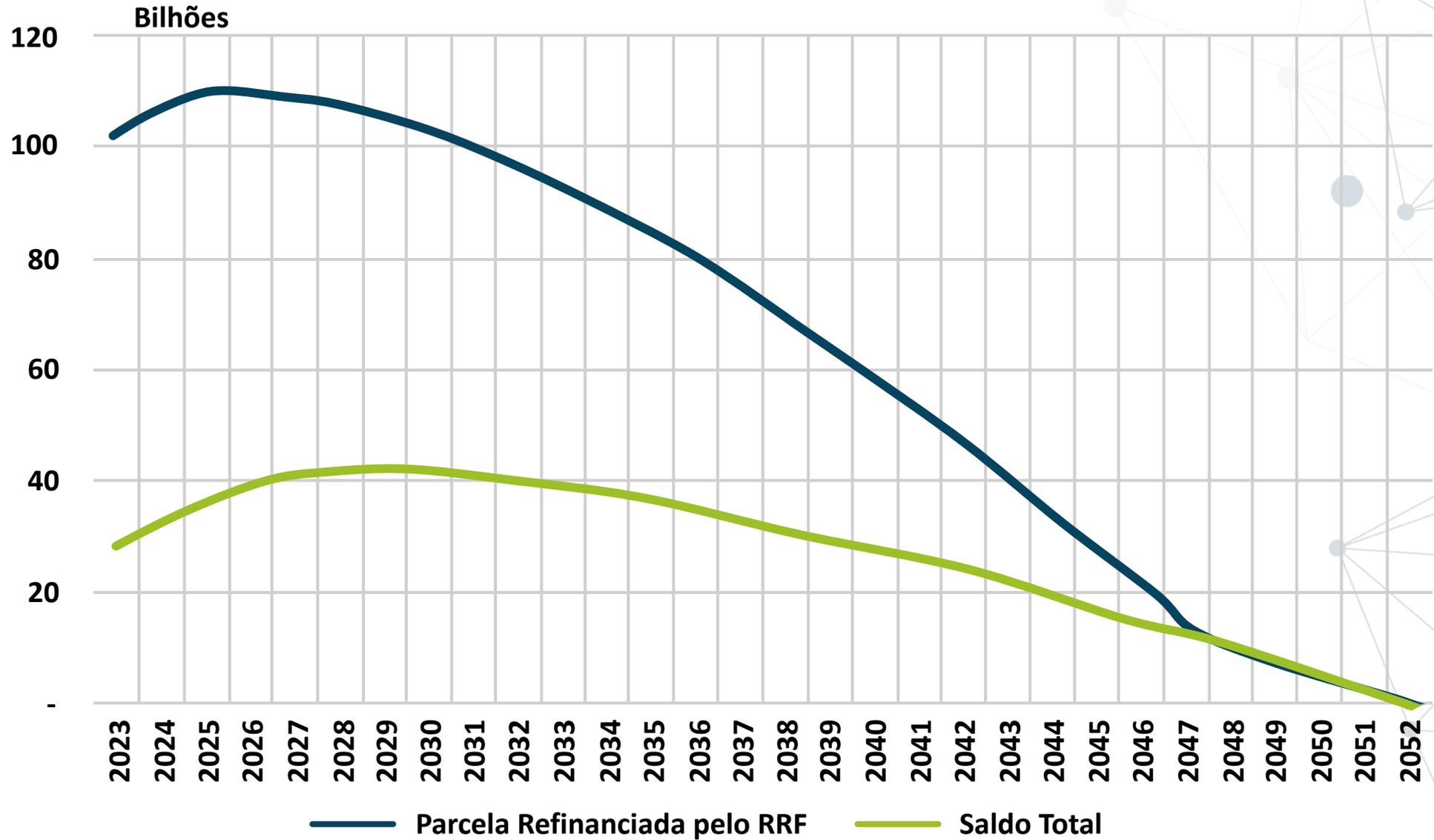
Projeção do Serviço Anual da Dívida 2024 a 2032 (Valores Constantes)



Projeção da Relação da Dívida e Receita Corrente Líquida – 2024-2036



Projeção da Relação Serviço da Dívida e Receita Corrente Líquida – 2024 a 2052





20
23

15ª Edição | Porto Alegre | 2024



RELATÓRIO ANUAL 2023
DÍVIDA PÚBLICA
ESTADUAL



PROPAG (2024) – Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados

RELATÓRIO ANUAL 2023
DÍVIDA PÚBLICA
ESTADUAL

Renegociação dos Encargos da Dívida com a União

PLP 121 Encaminhado pelo Senado à Câmara dos Deputados (08/2024)

Alternativa	Juros Reais	Amortização Extraordinária	Aplicação em Despesas Específicas	Aporte ao Fundo de Equalização Federativa
1	0,0% do Saldo	20% do Saldo	1,0% do Saldo	1,0% do Saldo
2	0,0% do Saldo	10% do Saldo	1,5% do Saldo	1,5% do Saldo
3	0,0% do Saldo		2,0% do Saldo	2,0% do Saldo
4	1,0% do Saldo	20% do Saldo		1,0% do Saldo
5	1,0% do Saldo	10% do Saldo	0,5% do Saldo	1,5% do Saldo
6	1,0% do Saldo		1,0% do Saldo	2,0% do Saldo
7	2,0% do Saldo	10% do Saldo		1,0% do Saldo
8	20% do Saldo		0,5% do Saldo	1,5% do Saldo

Renegociação dos Encargos da Dívida com a União

Texto Aprovado no Senado Federal e Encaminhado à Câmara dos Deputados (08/2024)

	Previsão no Projeto de Lei	Principais Entraves à Adesão pelo RS
Redução do Saldo Devedor	Amortização extraordinária possibilitando redução da taxa de juros em até 1% a 2% a.a. através de federalização de ativos 10% a 20% do saldo da dívida	Indisponibilidade de ativos suficientes ou com vantajosidade suficiente para serem disponibilizados para amortização extraordinária
Suspensão da Dívida com a União (LC 206/24)	Inclusão das dívidas da Lei 9497/97 e LC 159/17 não prevendo as dívidas garantidas pela União abrangidas pelo RRF (Dívidas Garantidas)	Retomada da obrigação do pagamento do serviço integral das Dívidas Garantidas atualmente suspensas pela LC 206/24)
Fundo de Equalização Federativa	Destinação de 1,0% a 2,0% do equivalente ao saldo da dívida	Obrigação inexistente para o RS nas condições atuais
Contração de Operações de Crédito	Não prevê manutenção das prerrogativas dispostas na LC 159/17 (RRF)	Perda das prerrogativas de contratação de dívidas com garantia da União para um rol de finalidades específicas dispensando requisitos legais da LC 101/00.



2023

15ª Edição | Porto Alegre | 2024

RELATÓRIO ANUAL 2023 DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL